



Documento do CFP sobre a Formação de Psicólogas e Psicólogos

Este documento é integrado por:

1. **Bibliografia**

A partir da qual se problematizou a formação básica para o exercício da profissão em Psicologia considerando as demandas da sociedade brasileira.

2. **A Formação de psicólogas e psicólogos:** respondendo às demandas da sociedade brasileira

Texto que expressa a posição do CFP, Gestão 2011-2013, relativa ao âmbito da formação e que foi sumarizada a partir da Oficina Formação dos Psicólogos, de 23 de março de 2012.

Participaram da Oficina as seguintes convidadas *ad hoc*:

- Raquel Guzzo;
- Ana Lopes;
- Carmen Velanga;
- Marília Ancona Lopez;
- Angela Soligo;
- Monica Gianfaldoni.

E as seguintes Conselheiras Federais:

- Angela Caniato;
- Deise Nascimento;
- Marilda Castelar;
- Tânia Brasileiro.

Outubro de 2012

Bibliografia

1. Psicologia da violência ou violência da psicologia? (Sylvia L. de Mello e Maria Helena S. Patto);
2. Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador (Thaís C. Z. Penteado e Raquel S. L. Guzzo);
3. Identidade profissional do psicólogo: uma revisão da produção científica no Brasil (Sheila M. Mazer e Lucy L. Melo-Silva);
4. Formar psicólogos: por quê? Para quê? (Jurema B. Dantas);
5. A Formação em Psicologia e a percepção do meio rural (Alberto M. Martins);
6. Psicologia e Compromisso Social: reflexões sobre as representações e a identidade do Psicólogo Escolar-educacional (Vela Lúcia T. de Souza);
7. A psicologia (e os Psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: reflexões a partir das propostas de Diretrizes Curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia (Eliana P. G. de Moura);
8. Ética, clínica e diretrizes: a formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos (João L. Ferreira Neto e Lícia M. D. Penna);
9. Currículo mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo (Silke Weber);
10. Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza (Karla Patrícia H. Martins, Tereza Gláucia R. Matos e Regina Heloisa M. O. Maciel);
11. O psicólogo na rede pública de saúde: um estudo sobre a formação e a atuação profissional (Ana Cláudia Müller e Ana Cristina G. Dias);
12. O papel do psicólogo (Ignácio Martín-Baró);
13. Psicologia e política: a produção de verdades competentes (Cecília M^a B. Coimbra);
14. CLIO-PSYCHÉ: Histórias da Psicologia no Brasil (Ana Maria Jacó-Vilela, Fabio Jabur e Heliana de Barros C. Rodrigues);
15. A Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional (Tathiane Paulin e Cristina A. Luzio);
16. Reflexões sobre a Formação do Psicólogo em Psicoterapia: Estado da Arte e Desafios (Julieta Quayle);
17. Psicologia, diretrizes curriculares e processos educativos na Amazônia: um estudo da formação de psicólogos (Tânia Suely Azevedo Brasileiro e Marilene Proença Rebello de Souza);
18. A formação do psicólogo e as áreas emergentes (Maria Teresa de Melo Carvalho e Jäder dos Reis Sampaio);
19. Apontamentos sobre Ética e Individualidade a partir da Mínima Moralidade (Ari F. Maia);
20. Integração ao Ensino Superior: Relações ao longo do Primeiro Ano de Graduação (Daniela Guerreiro-Casanova e Soely Polydoro);
21. O SUS como Desafio para a Formação em Psicologia (Ianni R. Scarcelli e Virgínia Junqueira);
22. Formação em Psicologia: a experiência de estudantes de graduação na atuação em grupos com educadores (Carolina Martins P. Alves,

- Fernanda P. Corrêa, Jéssica B. Soares, Amanda Miareli, Fabio Scorsolini-Comin e Conceição A. Serralha);
23. Formação em psicologia: entraves e caminhos (Fabíola de Lourdes Moreira Rabelo, Marconi Moura Fernandes, Vinícius Bretz Rodrigues e Enildo Calixto Louback);
 24. A formação do psicólogo (Maria Lúcia Boarini)
 25. A filosofia marxiana e a formação do psicólogo (Leônidas D. de Farias).

Livros:

1. Psicologia e Educação (Roberta G. Azzi e Mônica Helena T. A. Gianfaldoni);
2. Psicologia: Ensino e Formação (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia);
3. Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil (Oswaldo H. Yamamoto e Ana Ludmila F. Costa);
4. Formação: ética, política e subjetividade na Psicologia (Carlos Eduardo Norte, Raiana M. Macieira e Ana Lucia de L. Furtado).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

GRUPO DE TRABALHO FORMAÇÃO

**A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS: RESPONDENDO ÀS DEMANDAS DA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

**Dra Angela Caniato
Coordenadora do GT de Formação¹**

Resumo

Este texto reflete um processo realizado pelo GT de Formação do CFP – Gestão 2011-2013, que teve como finalidade problematizar a formação básica para o exercício da profissão em Psicologia, levando em conta elementos da sociedade brasileira atual para servir de orientação ao futuro deste processo de formar jovens para o exercício de uma psicologia comprometida com as questões sociais presentes em nosso cotidiano e que se constituem como um desafio à ciência e profissão psicológicas.

Apresentação

Este documento expressa, de modo sumarizado, a trajetória empreendida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) – Gestão 2011/2013 – com relação à formação do psicólogo brasileiro, cuja proposta está expressa no Plano Estratégico de 2012, amplamente debatida quando de sua elaboração.

A preocupação com a formação já houvera sido uma das teses do 7º Conselho Nacional de Psicologia (CNP) de 2010 – “Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos. Um Projeto Ético-Político para a Profissão”

¹ Integraram o GT Formação do Conselho Federal de Psicologia a atual e a ex-presidente da ABEP – respectivamente, Profª Drª Angela Soligo e Mônica Gianfaldoni – e os Convidados *Ad Hoc*, indicados pela Plenária do CFP, -Profª Drª Raquel Guzzo, a Profª Drª Marília Ancona Lopes e a Profª Drª Carmen Velanga e eu “conselheira convidada” Profª Drª Angela Maria Pires Caniato

(Caderno de Deliberações, CFP. Brasília, 03 a 06 de junho de 2010, p.45) em que fica explícita o compromisso de

Fazer gestões nos diversos órgãos envolvidos com a formação de psicólogos, a fim de realizar seminário nacional para discussão de formação profissional. Implementar o debate com profissionais e acadêmicos(as) em temas que contemplem a realidade atual.

(...)

Promover a discussão, juntamente com a ABEP, sindicatos, coordenadores de curso de graduação, supervisores e responsáveis técnicos... (p.45)

Não é fácil delimitar o âmbito e limites de iniciativa/cooperação entre as instituições científicas e acadêmicas, de preservação e compromisso com o ser humano e a regulação das atividades ético-políticas do profissional da Psicologia.

Quem atua no meio científico convive com uma diversidade grande de teorias e práticas que expressam visões antagônicas de homem e, em que pese os ideais de neutralidade da ciência, todas as teorias psicológicas estão atravessadas pelo determinismo histórico e, portanto, respondem a interesses sociais, ética e politicamente ,preservadores do “*status quo*” econômico, muitas vezes antagônicos aos ideais de felicidade e preservação da vida dos seres humanos. Como delimitar as trocas possíveis e os limites de intercâmbio entre essas várias instituições é tarefa complexa e nem sempre é fácil. Qual a função do CFP nesse compromisso com a preservação da dimensão humana de homens e mulheres que vivem em sociedade, de suas exigências de sobrevivência e da recuperação de seu papel de agente da cultura?

A contingência imediata da formação do profissional na Psicologia e do pesquisador da ciência psicológica não está diretamente vinculada ao Conselho Federal de Psicologia. São outras instâncias da sociedade as responsáveis por essa questão, tais como as redes e os centros universitários. e as associações científicas e profissionais, tais como a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e a ANPPEP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia). Isso não exime o CFP de estar atento e preocupado em cooperar com a formação do psicólogo, mesmo porque é sua condição ser uma autarquia pública que regula eticamente a prática profissional do psicólogo e tem compromisso político com os indivíduos-cidadãos. Assim, interage em um contato próximo com o profissional da Psicologia e por meio dele tem o dever de preservar a dignidade humana. É,

então, nesse diálogo que emergem as preocupações com a formação do psicólogo e tais preocupações integram o arcabouço político e o compromisso ético de sua função regulatória: se impõe, portanto, a obrigação de estar atento às condições de formação do profissional da Psicologia em respeito às demandas sociais e às necessidades que a população tem dos serviços desse profissional.

O Grupo de Trabalho sobre formação, integrado ao Desafio III – 3.1.1 do Plano Estratégico do Conselho Federal de Psicologia para 2012 – “Construção de referências para a formação científica, política e ética da Psicologia em diversas áreas”, teve como objetivo o aperfeiçoamento político do diálogo com a ciência e a formação de psicólogos e psicólogas, a fim de serem atendidas as exigências de transformações sociais demandadas pela sociedade brasileira.

Nas tarefas definidas para o ano de 2012 emergiram como fundamentais I para a produção de um documento que apontasse princípios norteadores para incentivar as inquietações/indagações sobre a formação e atuação da categoria dos psicólogos com questões pertinentes e indicações bibliográficas relacionadas ao exercício de se pensar a formação e encaminhamentos práticos para o envolvimento de diferentes setores envolvidos direta ou indiretamente com esta questão – formar psicólogos para a realidade brasileira.

Em função desse posicionamento e dos limites em que se situam as obrigações do CFP na questão da formação, entendemos que para que possa haver a sensibilização da categoria dos psicólogos para as questões da formação-demandas psicossociais, torna-se imprescindível a mediatização das instituições do tipo ABEP e ANPPEP

Não há dúvidas que o CFP necessita dessas articulações com entidades diretamente envolvidas com a formação profissional e de pesquisadores na Psicologia, mantendo, no entanto, a sua função ético-política com a formação dos psicólogos e agregado ao compromisso social com quem nasce e vive na realidade brasileira.. É uma ligação com a formação mais imediata, subentendendo uma capacitação profissional anterior, porque o vínculo é com profissionais da Psicologia e, não, com acadêmicos ou pós graduandos que ainda estão na Academia. Porém, essa vinculação deve ser suficientemente consistente para que exista um efetivo atravessamento pela dimensão ético-política, isto é, a preocupação esclarecedora para uma melhor identificação das

demandas psicossociais dos indivíduos e que estão a exigir uma contribuição mais eficiente dos psicólogos na busca por melhores condições de vida, felicidade e minimização dos sofrimentos psicossociais.

O CFP está conscientes da defasagem ético-política na formação no que tange à questão teórica e técnica da formação do psicólogo. Urge a necessidade de adequação teórica e técnica na formação dos psicólogos às novas demandas sociais. Apresentar questionamentos sobre a atual prática dos psicólogos e psicólogas, além de fornecer indicadores para uma atuação mais crítica e politicamente engajada, é um dos objetivos deste texto.

O CFP e a formação básica: marcadores e apontadores.

As articulações do Conselho com as entidades de formação básica do psicólogo brasileiro – as IES – e da pós-graduação, que formam os pesquisadores e professores do ensino superior, devem resultar em uma melhoria da prática do profissional de psicologia que se concretiza por meio de uma formação específica e generalista do psicólogo, da produção de conhecimento e das possibilidades de intervenção na realidade brasileira.

Um dos elementos a ser destacados refere-se à *questão do currículo de formação profissional*. O currículo acadêmico é importante, mas anterior a ele está um *projeto ético-político de formação para a área*. Um currículo tem a dimensão política pré-definida e para a qual ele dará sustentação no cotidiano da instituição formadora. Por isso, um dos grandes problemas na formação do psicólogo brasileiro é, antes de mais nada, a ausência de um projeto ético-político para a profissão, que dê conta deste abismo que existe entre o que se produz na pós-graduação, o que se implementa na graduação e o que se desenvolve na prática.

Há um abismo entre teoria e prática, há uma ausência de diálogo e uma cristalização das teorias ensinadas, as quais não se relacionam com a realidade de trabalho do profissional. Há a ausência de uma discussão política que aprofunde a resposta às questões pra que e para quem a psicologia existe no Brasil, presente em grande parte dos cursos de graduação oferecidos no país.

O currículo e o projeto político-pedagógico, do qual é consequência, são elementos importantes para a formação profissional dos estudantes que escolhem a Psicologia. No entanto, o papel do Conselho, é decisivo neste quesito porque, a despeito do movimento da categoria por uma articulação entre a formação e a realidade que construiu as Diretrizes Curriculares, desde o final dos anos 1980, a situação atual ainda é bastante contraditória: as diretrizes para a formação profissional tem um discurso que dialoga com a realidade, fundado em consolidadas justificativas e fundamentos teóricos, no entanto, muitas instituições de ensino superior não realizam o que está em seu projeto político-pedagógico. Uma coisa é o que dizem, outra coisa é o que concretizam no dia a dia nas salas de aula e espaços de formação.

A outro marcador importante nesta questão são as *diferentes posições sociais e políticas entre psicólogos e formadores de psicólogos* em relação ao que significa, o que tem sido, historicamente, a psicologia em relação à realidade social e econômica que vivemos. A Psicologia como ciência e profissão tem um compromisso com um determinado tipo de sociabilidade, com uma determinada política. Por isso, falamos que a psicologia tem um compromisso social, a psicologia não pode ser elitista, a psicologia não é só de consultório privado, que são várias psicologias, mas a verdade é que formamos um profissional sem ter claro qual é seu perfil de atuação. Aqueles que buscam alternativas a esta realidade, como a dos serviços públicos – saúde pública, assistência social, educação pública – sentem-se ainda impotentes e despreparados para a atuação na realidade, pois seu curso de formação continua ignorando a realidade; as produções científicas continuam desatualizadas e os fundamentos filosóficos das nossas teorias são os mesmos que antes das diretrizes curriculares. Não mudamos a raiz. É preciso que o CFP mapeie, de modo absolutamente crítico, o que tem sido a formação do psicólogo brasileiro.

Os psicólogos hoje que hoje formam professores de psicologia na pós-graduação ou profissionais de psicologia na graduação - devem ser também considerados, se queremos mudar a formação. Precisamos entender a leitura que os professores fazem no mundo e a leitura que os estudantes fazem no mundo. Se não temos uma prévia leitura no mundo, não sabemos o que

precisa ser desenvolvido ou mudado, não sabemos nem qual teoria pode, de fato, sustentar uma prática transformadora.

No entanto, tudo isso é obscurecido pelos projetos das IES que não se colocam, não definem um profissional para um determinado setor profissional ou uma determinada análise da psicologia, sob o rótulo de psicólogo generalista. Com isso, os estudantes acabam sem saber o que é importante reconhecer na realidade e que ferramentas profissionais o ajudam ao trabalho dentro dela. As diferentes teorias servem a diferentes propósitos, elas foram formuladas por diferentes pessoas, em diferentes momentos históricos para uma análise e intervenção a partir de diferentes visões políticas.

Precisamos reconhecer que a Psicologia é uma ferramenta com um poder ideológico muito forte. E enquanto não discutimos o componente ideológico de um currículo, permanecemos com belíssimas diretrizes curriculares sem que os estudantes formados possam efetivamente transformar a realidade pelos serviços profissionais que desenvolvem, ainda sem contar os altos índices de desemprego ou subemprego da categoria.

Existe um descompasso entre o que é a demanda real, às vezes mais específica e a demanda geral para o nosso trabalho. As pessoas estão tomando consciência de que o profissional de psicologia pode ser um profissional diferente do que aquele que está servindo a um determinado contexto. Tomamos, como exemplo, o conceito psicossocial que tem um fundamento teórico e político específico. Não se trata, simplesmente, do psicólogo de um lado e o assistente social do outro, que é o que a maioria das pessoas entende. O psicossocial é uma ruptura ao modelo hegemônico da psicologia, é uma ruptura crítica. Se não entendemos porque isso aconteceu, como isso aconteceu, nós vamos continuar a reproduzir o modelo anterior da psicologia, mesmo usando o termo psicossocial ao lado das práticas comuns da psicologia.

Entraves para uma formação crítica na Psicologia

Podem-se destacar alguns pontos que se constituem um entrave para uma formação crítica na Psicologia. O primeiro entrave é exatamente a dificuldade que estudantes e seus professores têm de fazer uma análise de

conjuntura, ou seja, não importam os critérios que serão utilizados para retratar o contexto social, político, histórico que eles estão vivendo, mas precisam fazê-lo. Aprender a fazer uma análise de conjuntura é fundamental para a tomada de decisões éticas, políticas e profissionais.

O segundo ponto é que a nossa formação, quer dizer, a formação dos psicólogos brasileiros nos cursos de psicologia hoje, não relaciona a intervenção à sua consequência. Então é uma outra maneira de dizer que é tecnicista, aprende-se a fazer sem avaliar a consequência dessa ação. As consequências da intervenção, sobretudo nos estágios de formação deveriam fazer parte de balanços dos programas. Se existe um serviço de atendimento de crianças com problemas familiares, qualquer tipo de atendimento específico, é preciso que seja realizado um balanço, uma crítica aberta, realista sobre os resultados deste atendimento.

O terceiro ponto que é muito relacionado a isso, é a questão da posição profissional em relação às demandas da profissão que estão contrárias ao que defendemos. Por exemplo, os problemas do diagnóstico psicológico. A área tem que se posicionar diante de algumas demandas. E para se tomar posição de que, por exemplo, alguns instrumentos não servem para um determinado tipo de análise ou porque esse processo não cabe a essa criança e a essa escola, é preciso uma formação consolidada.

Não se pode tomar decisões profissionais sem bases científicas sólidas. É preciso muita leitura e estudo nos cursos de formação básica, de questionamentos e dúvidas apresentadas no envolvimento direto com o conhecimento psicológico e suas diferentes práticas.

O quarto ponto é a relação da pesquisa com essa formação e essa prática. Nós nos distanciamos da realidade. A ciência psicológica tem um estatuto dentro da nossa sociedade e não é o estatuto de, necessariamente, responder às demandas práticas. Por isso, é preciso rever a relação da graduação com a pós-graduação reduzindo o abismo que existe entre a pesquisa, a formação e a prática profissional. É importante o diálogo com as instituições reguladoras da pós-graduação e da formação do profissional de psicologia, entre os profissionais de psicologia que formam professores de psicologia, Essa aproximação está sendo feita a duras penas, porque a pesquisa não é neutra, a pesquisa é uma ação humana com intencionalidade

política e, que por isso, é preciso ocupar esse espaço nas agências reguladoras e nas agências financiadoras.

E por último, as políticas educacionais servem uma agenda neoliberal que coloca as demandas para os países como o Brasil, de capitalismo periférico. Então, ou trabalhamos segundo essa agenda ou tentaremos tomar um outro rumo. Este é um mecanismo global de manutenção desta lógica econômica: os *lattes* dos profissionais pesquisadores, a pontuação, o produtivismo na ciência são exemplos que marcam o modelo neoliberal na ciência e na formação. As faculdades que se proliferam respondem a esta lógica. Falta-nos assumir de frente esta discussão.

Estamos distante das discussões políticas, a despeito de dizermos ao contrário. Nós estamos nos nossos espaços, nossos guetos. O máximo que conseguimos é oferecer uma frente ainda pequena de resistência. Se temos uma pós-graduação constituída, porque não trabalhamos em conjunto, como gestores da formação, como sujeitos políticos? O que nós estamos discutindo aqui são os temas que nós abordamos e que, possivelmente, podem se constituir como a estrutura de uma construção conjunta.

O Estatuto da Psicologia como ciência e o Estatuto da Psicologia como profissão podem ser o primeiro tema. Será preciso uma análise político-ideológica de fôlego, pois a psicologia surge em um determinado momento histórico e em um determinado espaço geográfico e tem toda uma história de compromisso com uma determinada formação social. Se queremos uma mudança é preciso definirmos que mudança e em que direção, pois não basta dizer do compromisso social da psicologia, do psicólogo como agente de mudança. O psicólogo que temos formado não é agente de mudança, ele é agente de manutenção do *status quo*. Ele mantém a ordem. Por isso, é preciso definir o papel do psicólogo na sociedade brasileira e latino-americana. É neste contexto brasileiro e para este contexto que devemos formar o psicólogo – uma realidade econômica de desigualdade, opressão, preconceitos de diferentes ordens, homofobia, violência contra as mulheres, crianças, realidade de exclusão social, de falta de direito. Esse que é o contexto que temos que discutir. Não dá para falar o contexto brasileiro de uma maneira abstrata. É o contexto brasileiro concreto, do dia a dia. Não existem políticas de formação sem a análise do contexto. Existem políticas educacionais que assim, se forma

psicólogo, advogado, e nós estamos todo mundo sob a mesma regência da mesma orquestra. Então aonde que vamos nos diferenciar? É preciso fazer a crítica dessa orquestra. Eu acho que nós ainda não formulamos, de modo consistente, que psicólogos queremos e precisamos formar.